

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202506/0865

Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Outros

Orgão / Serviço: Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: 1442,57€

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica nos serviços administrativos e financeiros, a fim de viabilizar o pleno funcionamento da Comunidade. Execução de atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando decisões de índole técnica.

Referência A:

A este posto de trabalho ainda competirá, nomeadamente: desenvolver programas de âmbito intermunicipal para a promoção das atividades económicas da sub-região e a rede intermunicipal de Áreas de Acolhimento Empresarial; promover estratégias e programas de ação no domínio da competitividade e da captação de investimento; definir, implementar e monitorizar programas de captação de investimento produtivo empresarial de dimensão sub-regional, articulados com a estratégia sub-regional; dinamizar e promover, a nível nacional e internacional, o potencial económico da sub-região designadamente realizando e participando em eventos, bem como gerindo postos e portais de informação neste âmbito; promover a cooperação institucional com os atores do território que trabalham ao nível do emprego e da dinamização da atividade económica, no sentido de concertar estratégias e desenvolverem programas no domínio do emprego, do empreendedorismo e da empregabilidade; dinamizar a rede intermunicipal de espaços de incubação e cowork; promover programas de capacitação, incubação e aceleração de ideias de negócios e projetos empresariais; promover a cultura empreendedora no território e iniciativas de apoio à base económica local; dinamizar a capacidade de inovação da base económica regional, apoiando o empreendedorismo e o desenvolvimento de uma cultura de experimentação e procura de novas vantagens competitivas; outras tarefas definidas pelo Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, que estejam relacionadas com o conteúdo funcional de todos os Núcleos que constituem a Unidade Orgânica a que está afeto/a.

Referência B:

A este posto de trabalho ainda competirá, nomeadamente, implementar a estratégia sub-regional para o desenvolvimento sustentável, crescimento inclusivo e coesão social; promover a implementação de políticas públicas inovadoras que respondam ao desafio da sustentabilidade demográfica, à atração e retenção de novos residentes nacionais e estrangeiros; fomentar a adoção de políticas e medidas intermunicipais de promoção do acolhimento, integração e inclusão de migrantes, em estreita articulação com as autoridades regionais e nacionais com competências em matéria de migração e asilo em território nacional; promover a implementação de medidas de coesão social nas áreas do emprego, ação social, educação, a saúde, a economia, a habitação e outras; fomentar o reforço da cooperação institucional, através da rede

Caracterização do Posto de Trabalho:

intermunicipal de coesão social, a implementação de medidas de âmbito intermunicipal que contribuam para a redução das desigualdades e dos problemas de exclusão social que mais afetam a população; promover a melhoria da qualidade de vida das populações, através da implementação de modelos inovadores de provisão de serviços de interesse geral, de regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas nas zonas urbanas e rurais; desenvolver projetos que contribuam para fomentar o desenvolvimento e o crescimento do setor da economia social, a inovação e o empreendedorismo social; promover iniciativas que fomentem a participação dos cidadãos na sociedade; outras tarefas definidas pelo Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, que estejam relacionadas com o conteúdo funcional de todos os Núcleos que constituem a Unidade Orgânica a que está afeto/a.

Referência C:

A este posto de trabalho ainda competirá, nomeadamente, definir a estratégia e a agenda sub-regional para a especialização inteligente; promover a constituição e dinamização de redes e parcerias que fomentem os processos sistémicos de inovação, envolvendo o tecido empresarial, instituições de ciência e tecnologia e demais agentes do território; desenvolver iniciativas que visem a coordenação de atores para a atuação conjunta, a identificação de iniciativas de investimento e de oportunidade de financiamento, tendo em vista a consolidação de ecossistemas colaborativos no domínio da inovação e da competitividade regional; desenvolver ações que visem dotar a região de condições capazes de incorporar fatores de inovação no tecido económico, social e institucional; promover a participação da sub-região em plataformas ou grupos de trabalho para a especialização inteligente de âmbito regional, nacional ou europeu; promover a construção de um modelo de desenvolvimento do sistema urbano policêntrico que reforce a integração entre territórios (relação urbano-rural), de forma a atenuar as disparidades socioeconómicas inter e intrarregionais; promover o desenvolvimento de base local e a diversificação das economias e da sustentabilidade das zonas rurais, tornando-as mais prósperas e mais resilientes; promover a construção de um modelo de governação com o envolvimento dos agentes locais, para uma maior eficiência coletiva na definição de políticas públicas e coordenação de projetos de desenvolvimento rural; apresentar candidaturas a programas nacionais ou europeus tendo em vista à implementação de projetos, a nível sub-regional, na área da inovação e competitividade; outras tarefas definidas pelo Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, que estejam relacionadas com o conteúdo funcional de todos os Núcleos que constituem a Unidade Orgânica a que está afeto/a.

Requisitos de Admissão

	Nomeação definitiva
	Nomeação transitória, por tempo determinável
	Nomeação transitória, por tempo determinado
Relação Jurídica:	CTFP por tempo indeterminado
	CTFP a termo resolutivo certo
	CTFP a termo resolutivo incerto
	Sem Relação Jurídica de Emprego Público
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:	a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
	b) 18 anos de idade completos;
	c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
	d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
	e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:	Deliberação tomada em reunião do Conselho Intermunicipal, datada de 28 de maio de 2025
Requisitos de Nacionalidade:	Sim
Habilitação Literária:	Licenciatura
Descrição da Habilitação Literária:	Licenciatura nas áreas de Economia/ Gestão / Ciências da Educação/ Ciências Sociais

Grupo Área Temática

Economia, Gestão, Administração,
Contabilidade
Ciências da Educação Formação de
Professores
Direito, Ciências Sociais e Serviços

Sub-área Temática

Economia, Gestão
Ciências de Educação
Ciências Sociais

Área Temática

Economia e Gestão
Ciências da Educação
Ciências Sociais

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões	3	Centro de Recursos Culturais, Ala A, Edifício Novo Ciclo, Rua Dr. Ricardo Mota, n.º 16		3640613 Tondela	Viseu	Tondela

Total Postos de Trabalho: 3

Quota para Portadores de Deficiência: 1

Nº de Vagas/ Alterações
Formação Profissional
Outros Requisitos:
Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: secretariado@cimvdl.pt

Contacto: 232812156

Data Publicitação: 2025-06-27

Data Limite: 2025-07-11

Texto Publicado
Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial: Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de três postos de trabalho, na carreira e categoria Técnica Superior do mapa de pessoal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões na Unidade de Desenvolvimento e Inovação Territorial Nos termos do disposto nos nºs 1 e 4 do artigo 30º e artigo 33º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho e nº 1 do artigo 11º da Portaria 233/2022, de 9 de setembro na sua redação atual, torna-se público que, após deliberação tomada em reunião do Conselho Intermunicipal, datada de 28 de maio de 2025, e meu Despacho de 16 de junho de 2025, encontra-se aberto pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir da publicitação na Bolsa de Emprego Público, procedimento concursal comum destinado à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento de três postos de trabalho previstos e não ocupados na Unidade de Desenvolvimento e Inovação Territorial, na carreira e categoria Técnica Superior do mapa de pessoal de 2025 da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (doravante CIM Viseu Dão Lafões)

1.Local: Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões 2. Legislação aplicável: são aplicáveis, designadamente, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei 35/2014 (LTFP), Decreto-Lei 209/2009, a Portaria 233/2022, de 09 de setembro e o Decreto-Lei 4/2015, 7 de janeiro 3. Local de trabalho: Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões 4. Caracterização dos postos de

trabalho na Unidade de Desenvolvimento e Inovação Territorial: funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica nos serviços administrativos e financeiros, a fim de viabilizar o pleno funcionamento da Comunidade. Execução de atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando decisões de índole técnica. Referência A: A este posto de trabalho ainda competirá, nomeadamente: desenvolver programas de âmbito intermunicipal para a promoção das atividades económicas da sub-região e a rede intermunicipal de Áreas de Acolhimento Empresarial; promover estratégias e programas de ação no domínio da competitividade e da captação de investimento; definir, implementar e monitorizar programas de captação de investimento produtivo empresarial de dimensão sub-regional, articulados com a estratégia sub-regional; dinamizar e promover, a nível nacional e internacional, o potencial económico da sub-região designadamente realizando e participando em eventos, bem como gerindo postos e portais de informação neste âmbito; promover a cooperação institucional com os atores do território que trabalham ao nível do emprego e da dinamização da atividade económica, no sentido de concertar estratégias e desenvolverem programas no domínio do emprego, do empreendedorismo e da empregabilidade; dinamizar a rede intermunicipal de espaços de incubação e cowork; promover programas de capacitação, incubação e aceleração de ideias de negócios e projetos empresariais; promover a cultura empreendedora no território e iniciativas de apoio à base económica local; dinamizar a capacidade de inovação da base económica regional, apoiando o empreendedorismo e o desenvolvimento de uma cultura de experimentação e procura de novas vantagens competitivas; outras tarefas definidas pelo Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, que estejam relacionadas com o conteúdo funcional de todos os Núcleos que constituem a Unidade Orgânica a que está afeto/a. Referência B: A este posto de trabalho ainda competirá, nomeadamente, implementar a estratégia sub-regional para o desenvolvimento sustentável, crescimento inclusivo e coesão social; promover a implementação de políticas públicas inovadoras que respondam ao desafio da sustentabilidade demográfica, à atração e retenção de novos residentes nacionais e estrangeiros; fomentar a adoção de políticas e medidas intermunicipais de promoção do acolhimento, integração e inclusão de migrantes, em estreita articulação com as autoridades regionais e nacionais com competências em matéria de migração e asilo em território nacional; promover a implementação de medidas de coesão social nas áreas do emprego, ação social, educação, a saúde, a economia, a habitação e outras; fomentar o reforço da cooperação institucional, através da rede intermunicipal de coesão social, a implementação de medidas de âmbito intermunicipal que contribuam para a redução das desigualdades e dos problemas de exclusão social que mais afetam a população; promover a melhoria da qualidade de vida das populações, através da implementação de modelos inovadores de provisão de serviços de interesse geral, de regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas nas zonas urbanas e rurais; desenvolver projetos que contribuam para fomentar o desenvolvimento e o crescimento do setor da economia social, a inovação e o empreendedorismo social; promover iniciativas que fomentem a participação dos cidadãos na sociedade; outras tarefas definidas pelo Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, que estejam relacionadas com o conteúdo funcional de todos os Núcleos que constituem a Unidade Orgânica a que está afeto/a. Referência C: A este posto de trabalho ainda competirá, nomeadamente, definir a estratégia e a agenda sub-regional para a especialização inteligente; promover a constituição e dinamização de redes e parcerias que fomentem os processos sistémicos de inovação, envolvendo o tecido empresarial, instituições de ciência e tecnologia e demais agentes do território; desenvolver iniciativas que visem a coordenação de atores para a atuação conjunta, a identificação de iniciativas de investimento e de oportunidade de financiamento, tendo em vista a consolidação de ecossistemas colaborativos no domínio da inovação e da competitividade regional; desenvolver ações que visem dotar a região de condições capazes de incorporar fatores de inovação no tecido económico, social e institucional; promover a participação da sub-região em plataformas ou grupos de trabalho para a especialização inteligente de âmbito regional, nacional ou europeu; promover a construção de um modelo de desenvolvimento do sistema urbano policêntrico que reforce a integração entre territórios (relação urbano-rural), de forma a atenuar as disparidades socioeconómicas inter e intrarregionais; promover o desenvolvimento de base local e a diversificação das economias e da sustentabilidade das zonas rurais, tornando-as mais prósperas e mais resilientes; promover a construção de um modelo de governação com o envolvimento dos

agentes locais, para uma maior eficiência coletiva na definição de políticas públicas e coordenação de projetos de desenvolvimento rural; apresentar candidaturas a programas nacionais ou europeus tendo em vista à implementação de projetos, a nível sub-regional, na área da inovação e competitividade; outras tarefas definidas pelo Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, que estejam relacionadas com o conteúdo funcional de todos os Núcleos que constituem a Unidade Orgânica a que está afeto/a. 5. Posicionamento remuneratório: 1ª posição remuneratória da carreira de técnico superior, nível 16 da Tabela Remuneratória Única para os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público; 6. Requisitos de admissão: os previstos no artigo 17º do Anexo da LTFP: a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, Convenção Internacional ou lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 7. Âmbito de recrutamento: Considerando o nº 4 do artigo 30º da LTFP e a deliberação do Conselho Intermunicipal datada de 28 de maio de 2025, o recrutamento pode ser efetuado de entre trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público. 8. Nível habilitacional exigido: Referência A: Licenciatura nas áreas de Economia/Gestão. Referência B: Licenciatura nas áreas de Ciências da Educação/ Ciências Sociais Referência C: Licenciatura nas áreas de Ciências Sociais 9. Não serão admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da CIM Viseu Dão Lafões idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento. 10. Prazo de apresentação da candidatura: As candidaturas serão apresentadas no prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação na BEP. 11. Forma, local e endereço postal onde devem ser apresentadas as candidaturas: 11.1. As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento do formulário de candidatura, de utilização obrigatória, disponível nos serviços da CIM Viseu Dão Lafões e na página eletrónica desta entidade em www.cimvdl.pt e remetidas até ao termo do prazo acima fixado; 11.2. Só serão aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico para secretariado@cimvdl.pt; 12. O formulário de candidatura, de utilização obrigatória, deverá ser acompanhado da seguinte documentação: a) Pdf do certificado das habilitações literárias. Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro deverão apresentar, em simultâneo e sob pena de exclusão, documento comprovativo das habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável; b) Currículo, acompanhado dos documentos comprovativos das ações de formação relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho, sob pena de não serem consideradas; c) Os candidatos titulares de uma relação jurídica de emprego público, para além dos elementos acima indicados, deverão, ainda, apresentar declaração devidamente autenticada e atualizada, emitida pelo organismo ou serviço público a que se encontra vinculado, da qual conste, inequivocamente, a natureza do vínculo, carreira/categoria de que é titular e o respetivo tempo de serviço, bem como a descrição das atividades que executa ou executou, a avaliação de desempenho (quantitativa e qualitativa) obtida nos 3 últimos períodos avaliativos, em que cumpriu ou executou atividades idênticas ao posto de trabalho a concurso e, na sua ausência, o motivo que determinou tal facto, bem como a posição remuneratória que detém. A não apresentação desta declaração implica a não consideração da situação jurídico-funcional do candidato. d) A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão, bem como dos que sejam indispensáveis para efetuar a avaliação, determina a exclusão do procedimento concursal, nos termos do artigo 15º da Portaria n.º 233/2022. e) Os candidatos são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão previstos no artigo 17º da LTFP desde que o declarem no formulário de candidatura. 13. Métodos de Seleção: Aos candidatos que não estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho, os métodos de seleção a aplicar aos candidatos são nos termos do nº1 e nº 4 do artigo 36º da LTFP e artigos 17º e 18º da Portaria 233/2022, os seguintes: prova de conhecimentos, avaliação psicológica e entrevista de avaliação de competências. A prova de conhecimentos (PC) visa avaliar os conhecimentos académicos e profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como avaliar o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa. A prova de conhecimentos será escrita de realização individual, de natureza teórica, com possibilidade de consulta de legislação em

suporte de papel, devendo os candidatos fazer-se acompanhar da mesma, não sendo autorizado o uso de legislação anotada ou outro tipo de documentação, nem o uso de qualquer equipamento eletrónico para consulta. A prova terá a duração máxima de 60 minutos. Será classificada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, conforme artigo 21º da Portaria 233/2022. A prova escrita versará sobre os regimes constantes dos seguintes diplomas legais: Parte Geral comum às Referências A, B e C: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho artigos: 6º a 11º, 19º a 23º, 33º a 38º, 45º a 51º, 79º a 88º, 126º, 133º a 135º; Código do Trabalho aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro artigos: 237º, 239º a 241º, 253º e 254º; Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo DL 4/2015, de 07 de janeiro artigos: 1º, 3º a 19º, 82º a 88º; Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro; Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais aprovado pela Lei 73/2013, de 3 de setembro; Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; Parte específica: Referência A: Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3 Centro); Regulamento Específico da área temática Inovação e Transição Digital (REITD) – Portaria n.º 103/2023, de 12 de abril na sua atual redação; Regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para o período de programação de 2021-2027 - Decreto-Lei n.º 20 – A/2023, de 22 de março; Modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027 - Decreto-Lei n.º 5/2023 de 25 de janeiro; Referência B: Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - Lei 50/2018; Quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde - Decreto-Lei n.º 23/2019; Portaria n.º 66/2021, de 17 de março; Normas destinadas a garantir o apoio aos alunos cuja língua materna não é o Português - Despacho n.º 2044/2022, de 16 de fevereiro; Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações - Resolução do conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto; Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2022-2025 - Resolução do conselho de Ministros n.º 126/2023, de 17 de outubro. Referência C: Regras uniformes para a verificação da situação de insuficiência económica a ter em conta no reconhecimento do direito à atribuição e manutenção dos apoios sociais ou subsídios sujeitos a condição de recursos - Decreto-Lei n.º 120/2018 de 27/12; Regulamento Específico da Área Temática Demografia, Qualificações e Inclusão para o período de programação 2021-2027 - Portaria 325/2023 de 30 de outubro; Regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para o período de programação de 2021-2027 - Decreto-Lei n.º 20 – A/2023, de 22 de março; Modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027 - Decreto-Lei n.º 5/2023 de 25 de janeiro. Deverá ser considerada a legislação atualizada até à data da publicitação na BEP. A avaliação psicológica (AP), visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. Será realizada em fase única. Este método de seleção é avaliado com Apto e Não Apto, conforme artigo 21º nº 2 da Portaria 233/2022. A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. A EAC é avaliada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, conforme artigo 21º da Portaria 233/2022. Cada um dos métodos de seleção utilizados é eliminatório pela ordem enunciada e será excluído o candidato que obtenha uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos não lhe sendo aplicado o método seguinte, conforme artigo 21º da Portaria 233/2022. Será de igual modo excluído o candidato que tenha um juízo de Não Apto na Avaliação Psicológica. A avaliação final dos candidatos que completem o procedimento será efetuada numa escala de 0 a 20 valores e resultará da ponderação da seguinte fórmula: $AF = 70\% PC + 30\% EAC$ (artigo 18º nº 3 da Portaria 233/2022) $AF =$ Avaliação Final; $PC =$ Prova de Conhecimentos; $AP =$ Avaliação Psicológica; $EAC =$ Entrevista Avaliação de Competências. Aos candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras dos postos de trabalho em causa na Administração Pública, os métodos de seleção são os seguintes: Avaliação curricular e Entrevista de avaliação das competências. Avaliação curricular (AC) visa analisar aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a experiência profissional, a formação profissional e a avaliação do desempenho. - Habilitação Académica (HA): Doutoramento – 20 valores Licenciatura pré-Bolonha e Mestrado – 18 valores Licenciatura pré Bolonha – 16 valores Licenciatura e Mestrado pós-Bolonha – 16 valores

Licenciatura pós Bolonha sem Mestrado – 14 valores - Experiência Profissional (EP): Sem experiência relevante para o exercício das funções – 5 valores; Até 1 ano de experiência – 14 valores; De 1 ano e um dia até 3 anos de experiência – 16 valores; De 3 anos e um dia até 6 anos de experiência – 18 valores; Superior a 6 anos de experiência – 20 valores; Só será contabilizado como tempo de experiência profissional (em anos completos), o correspondente ao desenvolvimento de funções inerentes à carreira e categoria a contratar, que se encontre devidamente comprovado. - Formação profissional (FP): Para efeitos do cálculo do fator formação profissional (FP) apenas relevam os cursos e ações de formação frequentados adequados às funções a exercer, não podendo a pontuação total a atribuir neste fator ser superior a 20 valores. Apenas serão consideradas as ações de formação comprovadas através de fotocópia do respetivo certificado. Sem formação relevante para o exercício de funções – 0 valores; Com ações de formação relevantes – 1 valor por cada 7 horas de formação até ao limite de 20 valores. Certificados sem indicação das horas de formação serão considerados 3h e 30 minutos por certificado. -Avaliação do Desempenho (AD) Será considerada a avaliação do desempenho obtida pelos candidatos no âmbito do SIADAP 3, nos 3 últimos biénios, em função do cumprimento ou da execução de atribuição, competência ou atividades idênticas às dos postos de trabalho a ocupar. O valor final é resultante da média aritmética simples das avaliações quantitativas obtidas nos 3 biénios, e terá a avaliação final neste parâmetro, de acordo com a seguinte escala: Desempenho Excelente – 20 valores; Desempenho Relevante – 18 valores; Desempenho Adequado – 16 valores; Sem Avaliação de Desempenho num dos biénios por factos não imputáveis ao colaborador – 15 valores; Desempenho Inadequado – 8 valores. AC = Avaliação curricular; HA = Habilitação académica; EP = Experiência profissional; FP = Formação profissional; AD = Avaliação de Desempenho A Avaliação Curricular (AC) será ponderada da seguinte forma: $AC = (HA + EP + FP + AD) / 4$ Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. A EAC é avaliada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, conforme artigo 21º da Portaria 233/2022. A EAC terá a ponderação final de 30%. Cada um dos métodos de seleção utilizados é eliminatório pela ordem enunciada e será excluído o candidato que obtenha uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos não lhe sendo aplicado o método seguinte, conforme artigo 21º da Portaria 233/2022. A avaliação final dos candidatos que completam o procedimento será efetuada numa escala de 0 a 20 valores e resultará da ponderação da seguinte fórmula: $AF = AC (70\%) + EAC (30\%)$ Em que: AF = Avaliação Final; AC = Avaliação Curricular; EAC = Entrevista de Avaliação de Competências Os candidatos abrangidos por este método de avaliação (Avaliação curricular e Entrevista de avaliação das competências) podem, por declaração escrita a efetuar no Formulário de Candidatura de utilização obrigatória, afastar estes métodos de seleção, aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos para os restantes candidatos (Prova de Conhecimentos, Avaliação Psicológica e Entrevista de Avaliação de Competências). 14. Em situação de igualdade de valoração aplicam-se os critérios de preferência na ordenação final previstos no artigo 24º da Portaria 233/2022. 15. A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e disponibilizada na sua página eletrónica conforme artigo 22º da Portaria 233/2022. 16. Os candidatos serão notificados em audiência prévia da lista de ordenação final após a aplicação dos métodos de seleção, nos termos do artigo 25º da Portaria 233/2022. 17. Também os candidatos excluídos serão notificados, nos termos do artigo 6º da Portaria n.º 233/2022, para a realização da audiência de interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo. 18. A ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração final dos métodos são publicitados no sítio da Internet da CIM Viseu Dão Lafões. 19. Os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, são notificados do ato de homologação da lista de ordenação final. A lista unitária de ordenação final homologada é afixada em local visível e público das instalações da CIM Viseu Dão Lafões e disponibilizada na respetiva página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação. 20. O júri terá a seguinte composição: Presidente: José Carlos Oliveira Almeida (Técnico Superior), que será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efetivo; 1º Vogal Efetivo: Sandra Isabel Nunes Carvalho (Técnica Superior); 2º Vogal Efetivo: Cátia de Brito Gonçalves dos Santos (Técnica Superior); Vogal Suplente: Jorgina Clara Loureiro de Almeida (Técnico Superior); Vogal Suplente: André Dinis Mota de Costa

(Técnica Superior). 21. Nos termos do Despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de março, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. 22. Quotas de emprego: os candidatos com deficiência devem declarar no requerimento de admissão a concurso, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência (nomeadamente especificidades que possam condicionar a aplicação dos métodos de seleção), sendo dispensada dessa forma a apresentação imediata de documento comprovativo. Nos termos do n.º 3 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 29/2001, de 03 de fevereiro, nos concursos em que o número de lugares a preencher seja de um, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. 23. Em tudo o que não esteja previsto no presente aviso, aplicam-se as normas constantes da legislação atualmente em vigor. Tondela, 27 de junho de 2025 O Secretário Executivo, Luís Nuno Tenreiro da Cruz Matoso Martinho

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminó da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP: